

JULIANA GREYCE RODRIGUES

**O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL ENTRE 1992 E 2006: UMA ANÁLISE
DO PERFIL DOS TRABALHADORES OCUPADOS POR GÊNERO E FAIXA
ETÁRIA**

**Monografia apresentada como requisito parcial à
obtenção do diploma do curso de Ciências
Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Federal do Paraná.**

Prof. Orientadora: Angela Welters

Curitiba
2010

TERMO DE APROVAÇÃO

JULIANA GREYCE RODRIGUES

O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL ENTRE 1992 E 2006: UMA ANÁLISE DO
PERFIL DOS TRABALHADORES OCUPADOS POR GÊNERO E FAIXA ETÁRIA

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Econômicas, Departamento de Economia, Setor de Ciências Sociais
Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora

Orientador:



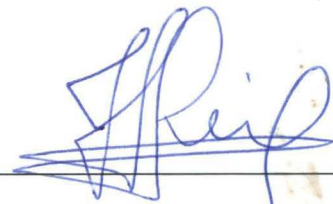
Prof. Angela Welters
Departamento de Economia, UFPR

Examinador:



Prof. Luiz Antonio Domakosky
Departamento de Economia, UFPR

Examinador:



Prof. Françoise Iatski de Lima
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 10 de dezembro de 2010

A Deus, minha fortaleza.

AGRADECIMENTOS

A caminhada da vida não é fácil!

Graças a Deus desde o princípio de minha vida tenho anjos que me ajudam nessa caminhada.

Mãe, meu “anjo” mor, minha base, quem começou meus primeiros ensinamentos e fez de mim o que hoje sou. Meu muito obrigado por toda força e dedicação.

Aos amigos, familiares, pessoas que deixaram pegadas no meu caminho, meu muito obrigado. Em especial, quero agradecer a três anjos, Carol, Domenica e Luciane, que fiel, sincera e pacientemente estiveram ao meu lado e fizeram com que meus dias fossem mais leve e mais divertido. Vocês são essenciais!

Meu muito obrigado a todos os professores que fizeram parte da minha história acadêmica, mas, principalmente minha orientadora Angela que pacientemente me direcionou neste trabalho.

Enfim, meu profundo e sincero agradecimento a Deus, quem me permitiu nascer e chegar até aqui. Obrigada pela sua infinita misericórdia e amor.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise do mercado de trabalho brasileiro em relação ao perfil dos ocupados entre 1992 e 2006, de modo a verificar os elementos característicos de dois períodos tão distintos da economia brasileira. A década de 90 no Brasil é marcada pela reestruturação econômica neoliberal e caracteriza-se por um período de permanente taxa de desemprego e mudanças fundamentais no perfil do emprego no país, é caracterizada também pela informalidade nas relações de trabalho, pela perda de espaço da indústria enquanto grande geradora de empregos e pela ascensão do setor de serviços nesse sentido. A partir de meados dos anos 2000 a indústria volta a apresentar bons indicadores de emprego, mas o setor de serviços permanece como líder nesse quesito em todo o período. Dessa maneira, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio – PNAD – demonstram que entre 1992 e 2006, o perfil dos ocupados no Brasil se altera substancialmente, de modos que jovens e adultos, de ambos os gêneros, passam a assumir posições diferenciadas entre um período e outro, com destaque para as jovens nos subsetores que compõem o setor de serviços, para a participação dos homens nas atividades industriais e para o declínio do emprego no setor agropecuário para homens e mulheres de todas as idades em todo o período de análise.

Palavras-chave: mercado de trabalho, emprego, desemprego, taxa de ocupação, informalidade, ramos de atividade, gênero, faixa etária.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO (%) DO TOTAL DOS OCUPADOS SEGUNDO RAMOS DE ATIVIDADE: BRASIL: 1992-2006	18
--	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (PIA), POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA), POPULAÇÃO OCUPADA E TAXA DE OCUPAÇÃO: BRASIL 1992/2001/2002/2006	11
TABELA 2 – TAXA DE DESEMPREGO ABERTO: BRASIL 1992-2006	13
TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS DE 15 A 64 ANOS, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO: BRASIL 1992-2001	15
TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS DE 15 A 64 ANOS, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO: BRASIL 2002-2006	16
TABELA 5 – DISTRIBUIÇÃO % DOS OCUPADOS DE 15 A 64 ANOS, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA, SEXO, RAMO DE ATIVIDADE: BRASIL 1992-2001	19
TABELA 6 – DISTRIBUIÇÃO % DOS OCUPADOS DE 15 A 64 ANOS, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA, SEXO, RAMO DE ATIVIDADE: BRASIL 2002-2006	20
TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS DE 15 A 64 ANOS, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA E GRUPOS OCUPACIONAIS: BRASIL 1992-2001	23
TABELA 8 - DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS DE 15 A 64 ANOS, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA E GRUPOS OCUPACIONAIS: BRASIL 2002-2006	24

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 PANORAMA INTERNACIONAL E POLÍTICA ECONÔMICA INTERNA.....	2
2.1 O PANORAMA INTERNACIONAL	2
2.1.1 A NOVA ORDEM ECONÔMICA MUNDIAL	2
2.2 A POLÍTICA ECONÔMICA INTERNA.....	5
3 COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO : 1992 – 2006	9
3.1 ESCLARECIMENTOS METODOLÓGICOS	9
3.2 OCUPAÇÃO E DESEMPREGO	10
3.3 POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	12
3.4 RAMO DE ATIVIDADE	15
3.5 GRUPOS OCUPACIONAIS	20
4 CONCLUSÃO	24
REFERÊNCIAS.....	26
ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

As heranças deixadas pelo processo de liberalização econômica mundial ou pela globalização das relações geram impactos marcantes para o Brasil. A inserção brasileira na economia globalizada ocorrida em meados dos anos 90 é caracterizada como ponto decisivo para as modificações da economia interna. A política econômica, fundamentada em princípios neoliberais, praticada no país naqueles anos suscitou no processo de reestruturação da economia, que modifica o papel do Estado e provoca um processo de quase-estagnação econômica que internamente impacta de maneira direta sobre as relações de trabalho, desencadeando um período de fortes mudanças no mercado de trabalho brasileiro (DEDECCA, 2003; BALTAR; KREIN e MORETTO, 2006).

Dessa forma, busca-se investigar o comportamento do mercado de trabalho no período de 1992 a 2006. Procura-se assim demonstrar as diferenças existentes no mercado de trabalho brasileiro entre o período de reestruturação econômica, que marca a década de 90, e os anos mais recentes que passam pelo efeito contínuo dessa reforma. Objetiva-se, mais especificamente, realizar uma análise do perfil dos trabalhadores ocupados entre 1992 e 2006, de modo a identificar como os mesmos se distribuem de acordo com a formalidade/informalidade do trabalho, os ramos de atividade em que atuam – e os ramos que mais empregam – e a categoria ocupacional a que pertencem todas essas características segundo gênero e faixa-etária.

Para alcance do objetivo proposto far-se-á uso dos indicadores da Pesquisa Nacional por Amostras em Domicílio – PNAD, publicada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para os anos de 1992, 2001, 2002 e 2006.

Além do item introdutório, este trabalho possui outros dois capítulos, mais a consideração final. No primeiro capítulo realiza-se uma apresentação do panorama internacional dos anos e seu legado sobre a economia interna e o mercado de trabalho, bem como descreve a política interna praticada nos anos 90 e 2000 e seus impactos sobre o mercado de trabalho brasileiro.

O capítulo seguinte consiste na apresentação do comportamento do mercado de trabalho, de modo a apresentar os níveis de ocupação e desemprego, a distribuição dos ocupados de acordo com a posição na ocupação, ramos de atividade e categoria de trabalho, conforme idade e gênero. Por último são apresentadas as conclusões apuradas pelo estudo.

2 PANORAMA INTERNACIONAL E POLÍTICA ECONÔMICA INTERNA

Esta seção tem como objetivo apresentar um panorama do cenário internacional e suas implicações para a mudança nos padrões econômicos a nível mundial, bem como uma síntese da política econômica interna adotada a partir de meados dos anos 90 até 2006, dando ênfase nas variações no mercado de trabalho. Em princípio, busca-se expor as condições em que se deram as decisões e os ajustamentos da economia para posteriormente, noutro capítulo, efetuar a conexão entre tais elementos e as características do mercado de trabalho no período proposto.

2.1 O PANORAMA INTERNACIONAL

Busca-se aqui apresentar o contexto em que se verifica a economia mundial nos anos que precedem a década de 90 e os anos propostos pelo estudo, tendo em vista a grande importância histórica do período para as transformações na ordem econômica mundial.

2.1.1 A NOVA ORDEM ECONÔMICA MUNDIAL

Os anos 70 marcam o processo de destruição das bases do padrão de desenvolvimento da economia capitalista que até então imperava, o padrão dólar-ouro. De acordo com Matoso e Pochmann (1998 p. 3), foram afetados: “a hegemonia, a intensidade e a forma de concorrência, o padrão monetário, as condições e relações de trabalho, a situação macroeconômica, as instituições econômicas internacionais, as bases tecnológicas e o próprio padrão de industrialização e produção.” Este processo acelera-se com a intensificação e desregulamentação da concorrência e dos mercados financeiros, nas décadas de 80 e 90, resultado de mudanças oriundas do fim do sistema Bretton Woods em 1971, em que o padrão dólar-ouro sob um regime de câmbio fixo é rompido e o dólar desponta como o meio internacional de pagamentos.

Kon (2006, p. 1), afirma que o “processo de aceleração das mudanças tecnológicas que permitiu a difusão da globalização mundial, tornou necessário que os países se

preparassem para o dinamismo das trocas internacionais que começava a se instaurar”. A propagação tecnológica tem como resultado a modernização de serviços e a troca ágil de informações. Kon (2006, p. 3) aponta as principais mudanças pelas quais as economias avançadas passaram, para difusão do novo processo:

a) a internacionalização das atividades econômicas; b) a reorganização das firmas dominantes; c) a crescente integração da indústria manufatureira com a de serviços; d) o uso crescente da tecnologia microeletrônica; e) a demanda crescente na indústria por uma força de trabalho mais qualificada, porém com muitos trabalhos rotineiros sendo eliminados pela mudança tecnológica; f) a crescente complexidade e volatilidade do consumo; e g) uma mudança no papel da intervenção governamental.

A globalização e as inovações tecnológicas e financeiras surgidas a partir de meados dos anos 70 desencadearam o chamado processo de “financeirização do capital”, no qual as finanças tomam papel evidente. Esse processo passa a redefinir as normas da economia mundial e tem como resultado a mudança nas relações econômicas, principalmente no âmbito do Estado (CHESNAIS, 1998). A incapacidade do estado em sustentar as práticas de crescimento verificadas entre 50 e 70, torna contestável a potencialidade do Welfare State e do futuro do mercado de trabalho.

A política adotada por Reagan nos Estados Unidos e Thatcher na Inglaterra confere com a concepção liberal do papel do Estado na economia, deixando para trás o compromisso de pleno emprego e crescimento econômico estabelecido no pós-guerra ao buscar o controle inflacionário (MATUSITA E GIMENEZ, 1999). Conforme argumento de Pochmann (1998), a nova ordem econômica é incompatível ao avanço socioeconômico e democrático das sociedades.

Os efeitos dos avanços tecnológicos começam a ser destacado, pois, se por um lado aumentam a produtividade, por outro reduzem vagas de emprego, tendo em vista que o aumento de tecnologia dispensa a necessidade de grandes quantidades de mão-de-obra. As transformações produtivas admitidas pelo progresso técnico são acompanhadas pela deterioração das relações de trabalho, uma vez que os salários tornam-se defasados em relação à tecnologia. Conforme argumenta Dedecca (2009, p. 11), tal movimento foi acompanhado “pela inovação organizacional de descentralização da atividade produtiva, que permitiu às empresas realizarem a produção em países onde o trabalho manual é caracterizado pelos baixos salários”. Gordon (1996) e Mishel (2009) *apud* Dedecca (2009, p. 11) afirmam que tal processo “jogou contra o emprego e os salários nos países desenvolvidos, ao mesmo tempo em que reiterou a condição de baixa remuneração nos países em desenvolvimento”.

Num contexto de maior importância relativa das finanças, o investimento do governo e as políticas de crescimento econômico são subestimados, devido ao seu caráter de longo prazo, enquanto, o caráter “curto-prazista” do setor financeiro gera rentabilidade e liquidez imediata. Nesse sentido, Pochmann (1998, p. 217) expõe a seguinte opinião:

Em meio à dominação financeira, que criaria um ambiente desfavorável à difusão de investimentos produtivos, predominam baixas taxas de crescimento econômico combinadas com generalizada sobrecapacidade produtiva ociosa e acirrada e desregulada concorrência intercapitalista mundial. Nesse sentido, as grandes empresas transformaram suas estratégias, pois têm crescentemente no mercado mundial seu campo de ação prioritário. Quanto mais desregulada e predatória esta concorrência e maior a capacidade dos mercados financeiros fixarem uma norma geral de performance econômica baseada em suas taxas de rentabilidade, mais as empresas voltam-se ao curto prazo, indo, desta forma, contra a própria natureza do processo produtivo e atentando contra as taxas de investimento.

O arranjo entre as empresas deve ocorrer de forma flexível num contexto de internacionalização das relações e forte competitividade, bem como as relações entre a empresa e seus funcionários. Conforme argumenta Pochmann (1998), o mundo do trabalho sofre um paradoxo, pois se de um lado conservam-se suas relações, condições e normas ditadas no âmbito nacional, por outro lado suporta as implicações da mobilidade internacional do capital, das inovações tecnológicas, da acirrada competitividade e do crescimento financeiro em detrimento do econômico.

Em resumo, a internacionalização das atividades econômicas e a competitividade das empresas multinacionais geram impactos sobre o mercado de trabalho, principalmente em países subdesenvolvidos, como o Brasil, pois a melhora dos rendimentos dos trabalhadores só é permitida com a associação de crescimento econômico e estabilidade de preços. Todavia, o impacto do desemprego na demanda agregada trava o crescimento.

As negociações internacionais, iniciadas com o Bretton Woods, são fundamentais para regular as relações perante a globalização econômica - financeira, de forma a diminuir a discriminação e a discrepância causada pelo comércio internacional. Todavia, o impacto dessa organização não barra em definitivo os efeitos negativos do comércio internacional sobre países menos desenvolvidos. Para ter em mente algumas das modificações determinadas pelo cenário internacional sobre a economia brasileira, principalmente sobre o mercado de trabalho, faz-se significativa a seção a seguir.

2.2 A POLÍTICA ECONÔMICA INTERNA

Nesta seção, busca-se expor os principais aspectos da política econômica interna verificada entre 1992 e 2006, de modo a delinear as relações entre tais aspectos e o mercado de trabalho brasileiro.

A política econômica praticada na década de 90 provocou um processo de reestruturação da economia, calcado na liberalização econômica como forma de modernização produtiva e na privatização de diversas funções do Estado, desenvolvendo no país um período de quase estagnação e desemprego (DEDECCA, 2003).

Em março de 1990, com a posse de Fernando Collor, os princípios liberais adotados pelo Estado revelam os indicativos da abertura comercial e financeira, bem como do processo de privatizações. Durante o governo Collor, concomitantemente à adoção do câmbio livre, intensificou-se o processo de liberalização das importações iniciado ao final dos anos 80 (CASTRO, 2005), o que contribui de maneira decisiva para o prejuízo da produção local.

A estratégia de substituição de importações e proteção à indústria local via concessão de crédito, política cambial favorável, subsídios, tarifas e quotas praticadas no período de 1950 a 1970, deixam de ser o aparelho de promoção da atividade econômica na década de 90. Pochmann (1998, p. 224) argumenta que a nova estrutura de produção presenciada marca a ruptura com “o antigo tripé que sustentou a produção industrial (capital estatal, privado nacional e estrangeiro)”, de maneira que diminui a importância do capital nacional frente ao papel assumido pelo capital estrangeiro, diante das privatizações das empresas estatais.

Em 1993, já sob a égide do governo Itamar Franco, é concebido o Plano Real que propunha equilíbrio fiscal e, principalmente, equilíbrio de preços. O período que se inicia em 1994, se diferencia em relação ao anterior principalmente pelo alcance da esperada estabilidade de preços (GIAMBIAGI, 2005). Embora o plano tenha alcançado sucesso quanto à estabilização dos preços, no que concerne ao mercado de trabalho, o mesmo demonstrou-se falho. A este respeito Dedecca (2003, p. 46-47) realiza o seguinte comentário:

Os efeitos do Plano Real sobre o mercado de trabalho foram desastrosos, chancelando uma nova relação entre dinâmica econômica e emprego. Apesar do impacto positivo inicialmente criado pelo Plano sobre o desempenho da atividade econômica, observa-se uma contínua deterioração do nível de emprego, acompanhada de uma tendência sustentada de crescimento do desemprego.

Como parte do plano de estabilização, durante o período de 1994 a 1998 a taxa de juros manteve-se elevada e o câmbio valorizado, contribuindo de maneira eminente para exposição da economia nacional à concorrência externa. A submissão da abertura comercial à estabilidade de preços no período de 1990 a 1994 revela retração nas exportações de 1990-91 e aumento das importações durante os cinco anos (CASTRO, 2005).

Baltar; Krein; Moretto (2006, p. 3-4), consideram que a liberalização da economia ocorreu de maneira “indiscriminada e sem exigir a contrapartida dos parceiros comerciais”, de modo que a produção local ficou prejudicada. A forma pela qual se introduziu a economia brasileira no processo de globalização traz repercussões negativas sobre o mercado de trabalho; segundo os autores, essas repercussões se manifestam nas “condições de atividade da população e no tipo de ocupação das pessoas”.

Para Antunes (2000) *apud* Maia (2006, p.15), o baixo crescimento econômico dos anos 1990 concomitantemente à liberalização comercial, financeira e a reestruturação produtiva “repercutiram no nível de emprego e afetaram os setores mais estruturados e organizados da economia”, de modo que “reduziu a criação de novos postos no mercado de trabalho e cresceu assustadoramente o desemprego, diversas formas de trabalho temporário, parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal e ao setor de serviços”.

De acordo com Mattoso (1999), a abertura econômica joga a economia brasileira em uma intensa competição sem qualquer barreira. Considerando o baixo crescimento da produção brasileira, o peso desse processo recai, principalmente, sobre a classe trabalhadora. Em 1996, 55% dos investimentos vindos do exterior, eram destinados à indústria, mas o processo de privatização permite uma releitura dos investimentos externos, que passam a favorecer o setor de serviços com 80% do total investido. Esse processo parecia favorável no curto prazo, pois diminuiria o déficit nas contas externas realizados pelo comércio, fretes, turismo e juros da dívida. No entanto, os recursos investidos retornam constantemente para o exterior, em forma de lucros e dividendos. Diante da deterioração dos serviços públicos, capacidade de investimento, geração de emprego e crescimento, o governo se vê obrigado a fazer vários ajustes fiscais que enfraquecem ainda mais as relações do Estado. Neste sentido, as empresas também respondem:

(...) aceleraram a terceirização de atividades, abandonaram linhas de produtos, fecharam unidades, racionalizaram a produção, importaram máquinas e equipamentos, buscaram parcerias, fusões ou transferência de controle acionário e reduziram custos, sobretudo da mão-de-obra. (MATTOSO, 1999 P. 30).

Conforme dito, a década de 90 marca a interrupção do desenvolvimento econômico calcado na industrialização, enfraquecendo de maneira considerável a capacidade de geração de empregos daquele setor. De acordo com Pochmann (2006), a tendência declinante do emprego no setor industrial é verificada até 1999, a retomada do emprego em tal setor a partir daquele ano está, conforme o autor, relacionada ao comportamento do câmbio e ao fortalecimento do comércio externo na década de 2000.

A redução do emprego no setor industrial suscita questões relativas não apenas ao nível de emprego, como também à qualidade do emprego no país, à medida que historicamente o setor industrial teria sido “(...) o maior responsável pela oferta de trabalho de qualidade, pelo menos enquanto entendida por maiores níveis de remuneração, acesso à proteção trabalhista e oportunidades de treinamento e desenvolvimento do trabalhador.” (RAMOS; REIS, 1997, p. 1). Em contrapartida à redução do nível de emprego industrial, após a estabilização dos preços, há um crescimento nos setores de comércio e serviços, que resultam no aumento do emprego em tais setores.

O ponto chave da nova dinâmica econômica é a precarização do emprego. Verifica-se, por um lado, o aumento da informalidade do trabalho – que desencadeia uma nova relação entre o crescimento do produto e a criação de emprego formal – e, por outro lado, a terceirização das atividades que reduz o preço do trabalho contratado.

O crescimento da informalidade ressalta a questão de que no segmento formal sobrevive a força de trabalho de nível mais elevado de escolaridade, ou seja, os mais bem preparados ocupam as vagas disponíveis. O processo de ocupação de vagas formais torna-se mais seletivo. Conforme argumentam Dedecca e Baltar (1997 p. 74-75):

A nova dinâmica econômica alimenta o crescimento do setor informal, seja ao forçá-lo a absorver ex-assalariados de baixa qualificação em atividades bastante precárias (...), seja ao estimular a formação de pequenos negócios sob a responsabilidade de ex-assalariados de melhor qualificação, cuja atividade fim é a prestação de serviços ou fornecimento de produção ao setor organizado ou desenvolvimento de atividades voltadas para os serviços que emergem do novo estilo de vida que vai estabelecendo a configuração produtiva.

A partir de 1999, com a desvalorização cambial, observa-se uma modificação no quadro econômico. O aumento do preço do dólar e o desempenho do comércio mundial, a partir de 2003, ano em que toma posse o novo governo – Luis Inácio Lula da Silva – contribuem eminentemente para o aumento das exportações, de forma que os esforços do governo continuaram direcionados à contenção da inflação e em melhorar a qualidade da inserção brasileira no contexto internacional. Desta maneira, a balança comercial melhorou consideravelmente em relação à década de 90. (BALTAR ; KREIN e MORETTO, 2006).

Conforme Baltar e Leone (2006), o crescimento da economia interna e mundial verificado nos anos 2000, em especial a partir de 2003 permite que, com o crescimento das exportações a produção se amplie acarretando em maior nível de emprego e renda, de forma que se verifica o aumento no consumo e no investimento no país. Para Maia (2007) no início dos anos 2000 o mercado de trabalho responde com leves suspiros à melhora cambial e ao melhor desempenho do comércio externo.

Em 2005 e 2006, a economia brasileira cresceu de maneira moderada e tal crescimento repercutiu sobre o mercado de trabalho. Entretanto, com o intenso crescimento da população economicamente ativa tal repercussão não se mostra tão expressiva, pois não alteram de maneira significativa as condições de atividade da população (MAIA, 2007).

Em suma, o cenário econômico dos anos 90 no Brasil caracteriza pela liberalização econômico-financeira e pela reestruturação produtiva do país. A abertura comercial e financeira, tal como foi realizada no país, suscitou em grandes modificações do mercado de trabalho. Os impactos marcantes referem-se ao aumento do desemprego e à precarização do trabalho. Quanto aos anos 2000 a literatura indica que há uma melhoria da economia, principalmente no que se refere à qualidade da inserção brasileira no comércio internacional após a desvalorização cambial de 1999, de modo que a partir desse ano o crescimento econômico permite verificar mudanças positivas no mercado de trabalho.

O próximo capítulo destina-se a apresentar, empiricamente, o comportamento do mercado de trabalho brasileiro entre 1992 e 2006 de forma a corroborar as informações até aqui apresentada.

3 COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO : 1992 – 2006

Neste capítulo, procura-se fazer uma exposição acerca do comportamento do mercado de trabalho brasileiro no período de 1992 a 2006, para tal, utilizam-se indicadores deste mercado, os quais permitem verificar algumas características durante o período proposto. As informações sobre: população em idade ativa (PIA), população economicamente ativa (PEA), população ocupada, taxa de ocupação, taxa de desemprego, posição na ocupação, ocupados por setor de atividade, ocupados por categoria de emprego, estes três últimos desagregados por gênero e faixa etária, oferecem forma ao estudo.

3.1 ESCLARECIMENTOS METODOLÓGICOS

As próximas seções fazem uso dos dados da PNAD (1992, 2001, 2002, 2006) publicada anualmente pelo IBGE. A escolha 1992-2006 justifica-se por permitir captar as diferenças sobre o mercado de trabalho brasileiro do período anterior ao quadro de estabilidade de preços trazida pelo Plano Real e comparar com o período recente. O uso de 2001 e 2002 se dá pela necessidade de ter um comparativo (1992-2001 e 2002-2006) com a mesma classificação setorial.

A seguir, examina-se a ocupação no mercado de trabalho brasileiro no período de 1992 a 2006.

3.2 OCUPAÇÃO E DESEMPREGO

No Brasil, segundo dados da PNAD observados na Tabela 1, em 1992 a população em idade ativa (PIA)¹ era de 113,2 milhões de pessoas, enquanto em 2006 era de 156,2 milhões de pessoas, um crescimento de 37,9%. De acordo com estudo do IPEA (2006)², este crescimento é reflexo do combate ao trabalho infantil e de políticas de incentivo à escolarização que expandem a permanência dos jovens na escola. Em relação ao crescimento da população economicamente ativa (PEA)¹, esta passa de 19,4% em 1992-2001 para 39,9% 2002-2006, pode-se observar que a PEA mantém um crescimento relativamente maior que a PIA, o que conforme estudos do IPEA (2006) devem-se principalmente ao aumento da participação feminina no mercado de trabalho, como será visto em dados posteriores.

Com respeito à população ocupada, que consiste num componente da PEA, a elevação no número de ocupados no Brasil entre 1992-2001 (24,5%) e 1992-2006 (39,1%) demonstra um acréscimo da população ocupada, embora as taxas de ocupação após o ano de 2001, 51,2% em 2002 e 51,1% em 2006, tenham se mantido praticamente constante.

TABELA 1 – POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (PIA), POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA), POPULAÇÃO OCUPADA E TAXA DE OCUPAÇÃO: BRASIL 1992/2001/2002/2006

INDICADORES	1992	2001	2006	CRESCIMENTO (%)	
				1992/2001	1992/2006
PIA ¹	113.294.810	137.686.979	156.284.000	21,5	37,9
PEA ¹	69.709.415	83.243.239	97.528.000	19,4	39,9
População Ocupada ²	57.447.483	71.496.439	79.921.036	24,5	39,1
Taxa de Ocupação ³	50,7	51,9	51,1		

FONTE: ¹ Mapa do Mercado de Trabalho no Brasil (2001) e IBGE/ PNAD 2001;2002;2006.

² PNAD Microdados 1992, 2001, 2002, 2006

Nota: ³ TAXA DE OCUPAÇÃO = (População ocupada/PIA) X100

¹ A PIA é composta por pessoas com 10 anos ou mais de idade e a PEA pelas pessoas de 10 a 65 anos de idade que foram classificadas como ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa.

² Brasil: o estado de uma nação (2006).

Quanto à taxa de ocupação observa-se que esta aumentou 1,2 pontos percentuais de 1992 para 2001, entretanto mantém certa estabilidade comparando os três anos expostos na tabela 1.

Diante dos dados referentes à ocupação da população brasileira, um indicador de desocupação é a taxa de desemprego aberto, a qual segundo o IBGE consiste na percentagem das pessoas desocupadas, em relação às pessoas economicamente ativas.

Por meio da Tabela 2 é possível analisar a evolução da taxa média de desemprego aberta medida pela PNAD para o país. Pode-se verificar um **desaquecimento** do mercado trabalho brasileiro durante a década de 90, resultado das baixas taxas de crescimento econômico e da geração insuficiente de postos de trabalho, conforme já observado na tabela 1, em que se verificou o baixo crescimento da taxa de ocupação para o período de 1992-2006. No período que segue após o Plano Real até 1999, a taxa de desemprego aumenta de 5,31% em 1994 para 8,49% em 1999.

**TABELA 2 – TAXA DE DESEMPREGO ABERTO:
BRASIL 1992-2006**

ANO	TAXA
1992	5,85
1993	5,38
1994	5,31
1995	5,24
1996	7,58
1997	6,83
1998	7,59
1999	8,49
2000	8,20
2001	7,92
2002	7,52
2003	8,31
2004	7,29
2005	9,30
2006	8,40

FONTE: IBGE/PNAD 2005, 2006 e IPEA (2006 p. 257)

As mudanças na política macroeconômica ocorridas em 1999 não permitem que o país aproveite da oportunidade de intensificar o crescimento econômico favorável a partir de 2003. A elevação do saldo comercial entre 2000 e 2004, ainda

que acompanhada pela baixa expansão da produção interna, permitiu ligeira recuperação do emprego nos anos de 2001 e 2002, situação que se modifica em 2003 em que a taxa marca 8,31% (IPEA, 2006) ³. Em 2005 observa-se novamente o aumento da taxa de desemprego (9,3%), seguida de um declínio em 2006 (8,4%).

Não obstante, no geral, o recuo dos anos 2000 quanto ao desemprego não foi suficiente para conter o acréscimo da taxa de desemprego que de 5,85% em 1992, aumenta para 8,4%, em 2006, um acréscimo de aproximadamente 44%.

Sabe-se, portanto, que entre 1992 e 2006, confere-se modesto aumento da taxa de ocupação no país, levando em consideração que em 92 o Brasil está em recessão e no período recente o país apresenta relativa estabilidade econômica. Em relação ao desemprego, apesar das flutuações em todo o período, verifica-se taxa alta em todos os anos analisados.

Conhecida a trajetória de nível de ocupação e o desemprego no país, a próxima seção destina-se a apresentar o comportamento do mercado de trabalho em relação à posição na ocupação.

3.3 POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

Busca-se, nesta seção, analisar a posição na ocupação levando em consideração gênero e faixa etária. Separa-se a análise em duas partes, uma na qual engloba 1992-2001 e outra 2002-2006. Para facilitar a compreensão das faixas etárias, consideram-se os trabalhadores: entre 15 e 19 anos – jovens, 20 a 29 anos – jovens adultos e 30 a 64 anos – adultos .

De acordo com a PNAD o comportamento do mercado de trabalho conforme a posição na ocupação se caracteriza pela relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalhava. A ocupação de postos com carteira de trabalho assinada retrata a associação entre a formalização do trabalho e o nível de desenvolvimento socioeconômico (IBGE, 2001, p.30)⁴.

³ A exata comparação entre as taxas de desemprego da década de 90 e parte dos anos 2000, torna-se incompatível com o período que se inicia ao final de 2002 em que a metodologia utilizada pelo IBGE é alterada (PINHEIRO E GIAMBIAGI, 2006, p. 213-214).

⁴ Mapa do Mercado de Trabalho no Brasil (2001).

Para dar clareza ao estudo divide-se a posição na ocupação entre trabalhadores com carteira assinada⁵ e trabalhadores sem carteira assinada. Agregam-se trabalhadores com carteira da seguinte maneira: empregados com carteira, militares, funcionário público estatutário e trabalhador doméstico com carteira. Já, os trabalhadores sem carteira: empregados sem declaração em carteira, outros empregados sem carteira, trabalhadores domésticos sem carteira, trabalhadores doméstico sem declaração em carteira, trabalhadores por conta-própria, empregadores, trabalhadores na produção para o próprio consumo, trabalhadores na construção para o próprio uso e não remunerados.

TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS DE 15 A 64 ANOS, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO: BRASIL 1992-2001

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	15 a 19 anos		20 a 29 anos		30 a 64 anos		TOTAL	
	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001
Homens								
Empregado com carteira	22,8	20,8	42,7	43,1	36,7	32,7	36,6	34,4
Militar	1,5	1,3	0,9	1,0	0,4	0,3	0,7	0,6
Funcionário público estatutário	0,2	0,2	3,6	2,4	5,7	6,3	4,4	4,6
Trabalhador doméstico com carteira	0,1	0,1	0,3	0,4	0,3	0,4	0,2	0,4
Empregados sem declaração de carteira	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros empregados sem carteira	39,9	42,1	23,8	27,4	15,0	16,8	20,9	22,4
Trabalhador doméstico sem carteira	0,7	0,8	0,3	0,4	0,3	0,4	0,4	0,4
Conta própria	8,0	8,0	19,0	17,1	31,9	33,2	25,0	26,1
Empregador	0,2	0,3	2,7	2,5	7,6	7,6	5,2	5,4
Trabalhador na produção para o próprio consumo	2,0	2,4	0,8	0,8	1,3	1,2	1,3	1,2
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,0	0,5	0,0	0,2	0,0	0,3	0,0	0,3
Não remunerado	24,6	23,6	6,0	4,7	0,7	0,8	5,4	4,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mulheres								
Empregado com carteira	20,3	24,2	36,0	36,7	22,6	22,1	26,2	26,3
Militar	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Funcionário público estatutário	0,5	0,4	6,4	4,5	12,2	12,2	9,1	9,0
Trabalhador doméstico com carteira	2,2	1,8	3,0	4,4	3,0	5,2	2,9	4,7
Outros empregados sem carteira	18,1	25,4	12,5	18,0	7,9	10,0	10,5	13,5
Trabalhador doméstico sem carteira	30,3	22,7	13,7	13,9	9,9	12,0	13,5	13,5
Trabalhador doméstico sem declaração em carteira	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Conta própria	5,4	5,5	11,0	10,6	20,2	19,9	15,7	16,1
Empregador	0,1	0,1	0,9	1,3	2,2	3,2	1,5	2,4
Trabalhador na produção para o próprio consumo	5,1	3,6	6,7	3,8	10,8	6,6	8,9	5,5
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0
Não remunerado	17,9	16,1	9,8	6,6	11,3	8,7	11,6	8,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE/PNAD (1992, 2001)

⁵ Aqueles que possuem registro em carteira e tem seus direitos constitucionais garantidos.

A análise da tabela 3 indica que entre 1992 e 2001 houve aumento da informalidade⁶ para os homens em todas as faixas-etárias, enquanto para as mulheres diminui a ocupação com emprego sem carteira em todas as faixas.

Observa-se (TABELA 3) que os jovens adultos absorvem a maior fatia do trabalho com carteira em ambos os sexos, tanto em 92 quanto em 2001 entre os jovens está maior parcela do emprego informal, o que mostra a diferença na inserção destes dois grupos de jovens no mercado de trabalho.

TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS DE 15 A 64 ANOS, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO: BRASIL 2002-2006

Posição na ocupação	15 a 19 anos		20 a 29 anos		30 a 64 anos		TOTAL	
	2002	2006	2002	2006	2002	2006	2002	2006
Homens								
Empregado com carteira	20,1	21,9	42,8	48,1	33,0	35,5	34,5	37,8
Militar	0,7	1,6	0,8	0,8	0,3	0,3	0,5	0,5
Funcionário público estatutário	0,2	0,3	2,6	2,4	6,2	6,6	4,6	4,9
Trabalhador doméstico com carteira	0,1	0,1	0,3	0,2	0,4	0,5	0,4	0,4
Empregados sem declaração de carteira	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros empregados sem carteira	44,2	44,8	28,2	26,2	16,8	15,8	22,7	21,2
Trabalhador doméstico sem carteira	0,7	0,8	0,5	0,3	0,5	0,5	0,5	0,5
Conta própria	8,3	7,3	16,6	14,5	33,1	30,6	26,1	24,1
Empregador	0,2	0,2	2,2	2,5	7,4	7,6	5,3	5,6
Trabalhador na produção para o próprio consumo	2,3	3,5	0,6	0,9	1,2	1,7	1,1	1,6
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,4	0,2	0,2	0,1	0,3	0,2	0,3	0,2
Não remunerado	22,7	19,5	5,2	4,0	0,8	0,7	4,1	3,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mulheres								
Empregado com carteira	21,0	23,5	37,1	41,5	22,6	24,1	26,5	28,8
Militar	0,00	0,00	0,01	0,03	0,01	0,03	0,01	0,03
Funcionário público estatutário	0,5	0,3	4,6	4,0	12,1	12,0	9,1	9,0
Trabalhador doméstico com carteira	1,3	0,5	3,6	2,9	4,8	5,4	4,2	4,4
Outros empregados sem carteira	27,3	30,6	18,9	19,5	9,8	10,0	13,7	14,0
Empregados sem declaração de carteira	0,02	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,01	0,00
Trabalhador doméstico sem carteira	21,2	18,8	12,6	11,1	11,9	12,2	12,8	12,3
Trabalhador doméstico sem declaração em carteira	0,03	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conta própria	6,6	7,7	10,4	10,3	19,8	19,1	16,1	15,9
Empregador	0,2	0,3	1,5	1,3	3,4	3,6	2,6	2,8
Trabalhador na produção para o próprio consumo	4,5	5,2	4,2	3,6	6,9	6,5	6,0	5,6
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
Não remunerado	17,4	13,1	7,0	5,7	8,6	6,9	8,9	7,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE/PNAD (2002, 2006)

⁶ Considera-se emprego formal, trabalho com registro em carteira e emprego informal, trabalho sem registro em carteira.

A tabela 4 mostra as características da ocupação segundo posição na ocupação para o ano de 2002 e 2006.

Entre 2002 e 2006, observa-se (TABELA 4) que tanto para homens quanto para mulheres, de todas as faixas-etárias, houve aumento da formalidade do trabalho, pois aumenta o número de ocupados com registro em carteira. Todavia mantém a característica da forte presença da informalidade entre os jovens, e maior parcela de registro em carteira para os jovens adultos.

Ao realizar o comparativo entre os anos de 1992 e 2006, observa-se que, em termos relativos, entre os homens na faixa etária de 15 a 19 anos e entre os adultos há certa estabilidade em relação ao número de ocupados sem carteira registrada. Entretanto, ocorre mudança, para os homens jovens adultos, pois o número de ocupados sem carteira diminui de 52,5% em 1992 para 42,5% em 2006, ou seja, a informalidade diminui ainda mais para tal categoria. Em relação às mulheres verifica-se, para os anos de 1992 e 2006, a redução da informalidade para todas as faixas de idade.

Ao realizar um paralelo entre as diferentes faixas-etárias, verifica-se que, para todos os anos de análise, os jovens de ambos os gêneros apresentam maior informalidade nas relações de trabalho. Em média 75% destes jovens (homens e mulheres) não têm vínculo empregatício formal, enquanto dentre os jovens adultos esse número está em torno de 50% e, para os adultos aproximadamente 60%.

Conhecido o comportamento do mercado de acordo quanto a posição na ocupação, busca-se na próxima seção demonstrar as características do emprego de acordo com ramo de atividade, idade e gênero.

3.4 RAMO DE ATIVIDADE

Essa seção expõe os dados relativos à distribuição dos ocupados por ramo de atividade de acordo com a faixa-etária e o gênero entre o período de 1992-2001 e entre 2002-2006. Busca-se evidenciar as proposições descritas outrora nas quais se afirmam a respeito da expressividade do setor de serviços, da diminuição do nível de emprego industrial e da parca expressão do setor agrícola para o nível de ocupação.

De modo agregado, consideram-se como componentes do setor de serviços: comércio de mercadorias; comércio e reparação; prestação de serviços; serviços auxiliares da atividade econômica; transporte, armazenagem e comunicação; social; administração pública; alojamento e alimentação; educação, saúde e serviços sociais; serviços domésticos; e outros serviços coletivos, sociais e pessoais. Para o setor industrial considera-se: indústria de transformação; construção; e outras atividades industriais.

Faz-se primeiro uma breve comparação do ocorrido entre 92 e 2001, de modo a demonstrar a ocupação conforme o setor de atividade na década de 90 e na seqüência apresenta-se um comparativo entre 2002 e 2006. Por último, realiza-se comparativo mais minucioso entre 92 e o período recente, com destaque para a distribuição dos ocupados de acordo com gênero e faixa etária por subsetores.

No capítulo anterior falou-se a respeito do aumento do setor de serviços nos anos 90, bem como da redução do nível de emprego na indústria. Num comparativo entre os principais setores da economia, por meio de dados referentes à distribuição da população ocupada por ramo de atividade da PNAD, nota-se a preponderância dos serviços enquanto gerador de empregos, enquanto o setor industrial declina até o início dos anos 2000, quando começa a se recuperar. Quanto ao emprego no setor agrícola, este mostra-se menor em 2006. Tais comparações podem ser verificadas no gráfico 1:

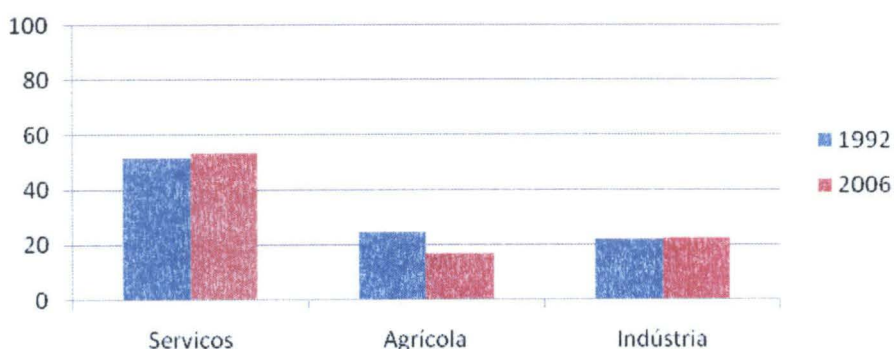


GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO % DO TOTAL DOS OCUPADOS SEGUNDO RAMOS DE ATIVIDADE: BRASIL 1992 - 2006

FONTE: Elaboração própria com dados da PNAD

A tabela 5 apresenta os setores da economia nos quais os trabalhadores se alocam durante o período entre 1992 e 2001.

TABELA 5 – DISTRIBUIÇÃO % DOS OCUPADOS DE 15 A 64 ANOS, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA, SEXO, RAMO DE ATIVIDADE: BRASIL 1992-2001

RAMO DE ATIVIDADE	15 a 19 anos		20 a 29 anos		30 a 64 anos		TOTAL	
	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001
Homens								
Agrícola	38,0	32,3	23,8	18,0	25,0	20,7	26,4	21,1
Indústria de transformação	15,0	15,1	18,6	18,4	15,4	13,8	16,3	15,2
Indústria da construção	9,0	8,6	10,7	10,8	10,8	11,8	10,5	11,2
Outras atividades industriais	0,8	0,7	1,7	1,4	2,6	2,0	2,1	1,7
Comércio de mercadorias	13,7	16,6	13,7	15,7	12,1	13,1	12,7	14,2
Prestação de serviços	11,6	13,0	12,3	13,9	10,7	12,8	11,3	13,2
Serviços auxiliares da atividade econômica	2,9	3,9	3,2	5,5	3,6	4,7	3,4	4,9
Transporte e comunicação	2,4	3,5	5,1	6,1	6,8	7,5	5,7	6,7
Social	2,0	2,4	3,2	4,2	4,2	4,9	3,6	4,5
Administração Pública	2,9	2,7	5,2	4,4	6,3	6,5	5,5	5,5
Outras atividades, ativ. mal definidas ou não declaradas	1,8	1,2	2,6	1,7	2,5	2,1	2,5	1,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mulheres								
Agrícola	21,6	15,6	16,0	10,0	23,9	16,1	21,3	14,3
Indústria de transformação	10,8	11,4	12,3	11,5	7,8	7,9	9,5	9,2
Indústria da construção	0,4	0,3	0,7	0,5	0,4	0,4	0,5	0,4
Outras atividades industriais	0,2	0,3	0,5	0,3	0,7	0,5	0,6	0,4
Comércio de mercadorias	13,5	18,4	14,9	18,8	10,3	12,6	12,0	14,8
Prestação de serviços	40,0	35,2	26,8	29,3	27,8	31,1	29,0	31,0
Serviços auxiliares da atividade econômica	3,2	4,8	3,5	5,3	2,0	3,3	2,6	3,9
Transporte e comunicação	0,4	1,0	1,0	1,4	0,9	0,8	0,8	1,0
Social	7,1	9,3	17,6	17,0	19,5	20,6	17,5	18,6
Administração Pública	1,1	1,9	3,7	3,6	4,8	5,1	4,0	4,4
Outras atividades, ativ. mal definidas ou não declaradas	1,7	1,7	3,0	2,2	1,8	1,6	2,2	1,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE/PNAD (1992, 2001)

De 1992 para 2001, a tabela 5 mostra que o percentual de homens ocupados no setor de serviços aumenta, já no setor industrial observa-se certa estabilidade para os dois anos, enquanto na agricultura ocorre retração neste percentual. Para as mulheres verifica-se característica semelhante quanto ao setor de serviços, na

indústria a participação da mulher também se mantém estável para os dois anos e na agricultura nota-se decréscimo da participação feminina. Comparando os gêneros, nota-se que tanto os homens quanto as mulheres apresentam destaque no setor de serviços; as mulheres participam menos das ocupações da indústria e da agricultura em relação aos homens. Observa-se ainda que dentre os jovens do sexo masculino predomina a atividade agrícola no ano de 1992, enquanto em 2001 destacam-se as atividades de serviços.

TABELA 6 – DISTRIBUIÇÃO % DOS OCUPADOS DE 15 A 64 ANOS, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA, SEXO, RAMO DE ATIVIDADE: BRASIL 2002-2006

RAMO DE ATIVIDADE	15 a 19 anos		20 a 29 anos		30 a 64 anos		TOTAL	
	2002	2006	2002	2006	2002	2006	2002	2006
Homens								
Agrícola	31,8	29,2	18,4	16,6	20,8	19,4	21,2	19,5
Outras atividades industriais	0,6	0,4	1,0	1,2	1,3	1,5	1,1	1,3
Indústria de Transformação	15,4	15,0	18,1	19,9	14,1	14,4	15,3	16,0
Construção	8,6	9,1	11,4	9,9	13,4	12,8	12,4	11,7
Comércio e reparação	22,5	24,1	20,8	21,4	17,2	17,8	18,7	19,3
Alojamento e alimentação	4,1	4,6	3,0	3,0	3,0	3,1	3,1	3,2
Transporte, Armazenagem e Comunicação	3,9	3,2	7,1	6,8	8,1	8,0	7,4	7,2
Administração Pública	2,3	3,3	4,6	4,3	6,7	6,7	5,7	5,7
Educação, Saúde e Serviços sociais	2,1	1,8	3,5	3,5	3,7	3,9	3,5	3,6
Serviços domésticos	0,8	0,9	0,8	0,6	0,9	0,9	0,9	0,8
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	3,1	2,9	3,0	3,3	2,8	2,9	2,9	3,1
Outras atividades	4,3	5,0	7,9	9,2	7,6	8,3	7,4	8,2
Mal definidas ou não declaradas	0,5	0,5	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mulheres								
Agrícola	17,3	14,2	10,9	9,0	16,3	14,4	14,9	12,9
Outras atividades industriais	0,2	0,2	0,3	0,3	0,2	0,3	0,2	0,3
Indústria de Transformação	11,9	12,4	12,3	13,2	12,3	12,1	12,3	12,5
Construção	0,5	0,4	0,6	0,6	0,4	0,4	0,5	0,5
Comércio e reparação	20,7	22,1	19,8	21,4	13,3	13,9	15,7	16,5
Alojamento e alimentação	4,2	5,7	4,2	4,7	4,5	4,6	4,4	4,7
Transporte, Armazenagem e Comunicação	0,9	1,9	1,9	2,1	1,0	1,1	1,3	1,4
Administração Pública	2,0	2,4	3,5	3,8	5,1	5,3	4,4	4,7
Educação, Saúde e Serviços sociais	8,5	7,6	16,8	15,3	19,1	18,9	17,6	17,1
Serviços domésticos	22,5	19,3	16,2	14,0	16,7	17,6	17,1	16,8
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	5,4	6,4	5,6	6,6	5,6	5,8	5,6	6,1
Outras atividades	5,7	7,4	7,9	8,8	5,2	5,5	6,0	6,6
Mal definidas ou não declaradas	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE/PNAD (2002, 2006)

A tabela 6 evidencia as características dos ocupados conforme o ramo de atividade para 2002-2006.

Em 2002 e 2006 pode-se ressaltar a preponderância do emprego no setor de serviços para ambos os sexos e para todas as faixas de idade, com ênfase para a participação feminina que alcança em torno de 70% para todas as idades. Destaca-se ainda a redução da participação no setor agrícola para todas as categorias.

Uma análise mais específica por subsetores demonstra que a prestação de serviços e o comércio são os que mais geram emprego, especialmente no que se refere à mão-de-obra feminina. Em 1992, juntos, esses subsetores absorviam 53,5% da mão-de-obra das mulheres jovens, 41,7% das jovens adultas e 38,1% das adultas. O ramo de atividade *social* tem grande expressão entre as mulheres com mais de 20 anos de idade.

Em 1992, o comércio e a prestação de serviços juntos também são significativos entre os homens, 25,3%, ainda que em proporção bem menor relativamente às mulheres.

Para 2006, a classificação dos subsetores pertencentes aos serviços torna-se mais segmentada. Comércio e reparação absorvem em torno de 19% dos homens e 16% das mulheres, com destaque novamente para os jovens dos dois gêneros. O ramo de educação, saúde e serviços sociais e outros serviços coletivos, sociais e pessoais juntos absorvem 6,7% e 23,2% da mão-de-obra masculina e feminina respectivamente, sendo que para o primeiro ramo de atividade citado destacam-se as mulheres adultas. Os serviços domésticos absorvem menos de 1% dos homens, enquanto para as mulheres esse número é 17,1%, sendo que entre as jovens, 22,5% atuam nesse ramo.

Tanto em 1992, quanto em 2006, a administração pública não se mostra tão relevante, em média 5%, mas a maior participação neste ramo é de homens adultos.

No primeiro ano da análise, transporte e comunicação são ramos em que a participação masculina é de 5,7%, mais elevada em cerca de 4% relativamente à feminina. Tal atividade é menos expressiva entre os jovens. Em 2006, transporte, armazenagem e comunicação têm predominância dos homens e apesar da participação dos jovens aumentar nesse setor em relação a 1992, ainda é pouco expressiva.

No ano de 1992, a indústria de transformação se destaca entre os homens de todos os níveis de idade, em torno de 16%, em especial àqueles entre 20 e 29 anos. Boa parcela dos homens também se encontra na indústria de construção, enquanto em tal atividade a participação das mulheres é ínfima. Em 2006, os números continuam os mesmos para indústria da transformação em relação aos homens, entretanto 12,5% das mulheres passam a atuar neste ramo contra 9,5% em 1992.

Em geral, entre 1992 e 2006, para todas as faixas de idade e sexo, há redução da participação na agricultura. Verifica-se que a participação dos homens no setor de serviços aumenta em torno de 1 ponto percentual, já no setor agrícola tal participação reduz em 7 pontos. No setor industrial, por sua vez, não ocorre mudanças na forma como os homens se distribuem.

Quanto às mulheres constata-se aumento da participação relativa no setor de serviços e no setor industrial de 1% e 3% respectivamente em 1992 e 2006; quanto à participação feminina na agricultura, observa-se retração de 21% para 12%.

Dentre os homens jovens em 1992 a maioria alocava-se no setor agrícola, enquanto em 2006, maior parte desses se encontrava no setor de serviços; 65% das mulheres adultas em 1992 ocupavam o setor de serviços, enquanto em 2006 este percentual aumenta para 67%.

No geral, em todos os períodos utilizados na análise, a maioria dos homens está empregada nos ramos: indústria de transformação, construção, comércio de mercadorias, prestação de serviços e transporte e comunicação. As mulheres marcam presença no comércio, na prestação de serviços, serviços domésticos e da área social (saúde e educação).

A seguir procura-se observar em quais categorias prevalecem os ocupados, conforme diferentes características.

3.5 GRUPOS OCUPACIONAIS

Nesta seção mostra-se a distribuição dos ocupados de acordo com sexo, faixa etária e grupo ocupacional. Conforme nas últimas duas seções, o estudo será apresentado primeiramente para os anos de 1992 e 2001; depois 2002 e 2006; e para por fim realiza-se o comparativo final entre 1992 e 2006. Ressalta-se,

entretanto, que para grupos ocupacionais, a comparação entre 1992 e 2006 torna-se mais difícil, pois os mesmos recebem nova classificação da PNAD em 2002.

TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS DE 15 A 64 ANOS, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA E GRUPOS OCUPACIONAIS: BRASIL 1992-2001
continua

GRUPOS OCUPACIONAIS	15 a 19 anos		20 a 29 anos		30 a 64 anos		TOTAL	
	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001
Homens								
Técnica, científica, artística ou assemelhada	1,5	2,3	4,1	5,7	5,3	6,6	4,5	5,9
Administrativa	4,8	5,1	12,2	10,9	16,0	13,7	13,4	12,1
Agropecuária e produção extrativa animal ou vegetal	37,4	32,4	22,9	17,8	22,5	19,3	24,6	20,2
Indústria de transformação	26,2	25,5	27,7	28,5	23,8	25,2	25,3	26,2
Comércio e atividades auxiliares	10,8	12,1	11,0	11,6	10,4	11,1	10,7	11,3
Transporte e comunicação	1,4	2,1	5,2	5,6	7,8	8,4	6,2	7,0
Prestação de serviços	3,2	3,9	2,5	3,2	1,7	2,1	2,1	2,6
Outra ocupação, ocupação mal definida ou não declarada	14,6	16,5	14,4	16,7	12,5	13,6	13,3	14,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mulheres								
Técnica, científica, artística ou assemelhada	4,2	4,7	13,7	13,4	13,8	15,4	12,6	13,9
Administrativa	11,0	14,2	17,8	17,8	11,6	13,0	13,4	14,4
Agropecuária e produção extrativa animal ou vegetal	21,4	15,4	15,9	9,9	23,6	15,9	21,1	14,2
Indústria de transformação	8,9	8,8	9,4	8,8	10,6	9,1	10,0	9,0
Comércio e atividades auxiliares	13,7	19,4	13,8	18,1	10,3	12,5	11,8	14,7
Transporte e comunicação	0,5	0,7	0,9	1,0	0,6	0,6	0,7	0,7
Prestação de serviços	36,0	30,3	22,1	23,5	20,8	24,8	23,0	24,9
Outra ocupação, ocupação mal definida ou não declarada	4,4	6,6	6,3	7,4	8,6	8,6	7,4	8,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE/PNAD (1992, 2001)

Através da tabela 7, pode-se verificar o crescimento das atividades relacionadas ao administrativo, comércio e outros serviços entre 1992 e 2001, enquanto atividades vinculadas à agropecuária declinam e as relacionadas à indústria de transformação mantêm certa estabilidade nestes anos.

Para os jovens homens tal assertiva se confirma em 2002, enquanto para os jovens adultos e para os adultos a distribuição dos ocupados para atividades de

serviços, administração e indústria de transformação aumenta e a atividade agropecuária/produção extrativa diminui.

Entre as mulheres é possível ressaltar o perfil voltado ao setor de serviços, com destaque para o percentual de mulheres jovens envolvidas com as atividades de prestação de serviços em 1992 e 2002, 36% e 30,6% respectivamente.

A tabela 8, por sua vez, apresenta os dados relativos aos anos de 2002 e 2006. De 2002 para 2006 verifica-se que a maioria dos homens participa dos grupos ocupacionais relacionados a atividades de serviços, comércio, trabalho agrícola e trabalho na produção de bens industriais/manutenção/reparação, com destaque para esta última, pois mais de um terço dos homens encontravam-se alocados neste grupo. Os homens jovens e adultos distribuem-se, sobretudo, em tais ramos.

TABELA 8 - DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS DE 15 A 64 ANOS, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA E GRUPOS OCUPACIONAIS: BRASIL 2002-2006

GRUPOS OCUPACIONAIS	15 a 19 anos		20 a 29 anos		30 a 64 anos		TOTAL	
	2002	2006	2002	2006	2002	2006	2002	2006
Homens								
Dirigentes em geral	0,6	0,5	3,3	3,6	8,0	7,9	5,9	6,1
Profissionais das ciências e artes	1,4	1,4	3,3	4,3	5,1	5,4	4,2	4,7
Técnico de nível médio	4,0	4,2	7,3	8,2	6,7	7,0	6,6	7,1
Trab de Serviços administrativos	8,7	8,8	8,2	9,3	4,2	4,5	5,8	6,2
Trabalhadores dos serviços	10,9	12,3	12,2	12,3	11,5	12,0	11,6	12,1
Vendedores e prestadores serv do comércio	11,1	12,0	9,5	9,6	7,4	7,9	8,3	8,7
Trabalhadores agrícolas	31,8	29,3	18,4	16,6	20,5	19,1	21,0	19,3
Trab produção bens industriais manutenção e reparação	30,3	30,0	35,9	34,6	35,2	34,9	34,9	34,4
Forças armadas e auxiliares	0,7	1,6	1,7	1,4	1,4	1,3	1,4	1,3
mal def e não declarado	0,4	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mulheres								
Dirigentes em geral	0,6	0,7	3,0	3,1	5,0	5,5	4,1	4,5
Profissionais das ciências e artes	2,6	2,5	8,2	9,0	9,3	10,5	8,4	9,5
Técnico de nível médio	4,9	5,7	10,5	9,6	8,4	7,9	8,7	8,2
Trab de Serviços administrativos	16,8	19,3	17,4	19,6	8,2	8,7	11,4	12,4
Trabalhadores dos serviços	32,0	30,1	27,3	25,6	33,4	33,8	31,6	31,3
Vendedores e prestadores serv do comércio	16,1	17,9	14,0	15,0	9,6	10,1	11,3	12,0
Trabalhadores agrícolas	17,4	14,3	10,8	9,1	16,2	14,3	14,8	12,9
Trab produção bens industriais manutenção e reparação	9,0	9,4	8,3	8,9	9,8	9,0	9,3	9,0
Forças armadas e auxiliares	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
mal def e não declarado	0,6	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE/PNAD (2002, 2006)

Em 2002 e 2006, as mulheres continuam a apresentar expressiva participação nas atividades de serviços. Destaca-se também a participação feminina nas atividades administrativas e comerciais, especialmente entre as jovens.

Em 2006, os homens se sobressaem enquanto dirigentes (em especial os adultos) e oficiais das forças armadas (jovens); já as mulheres prevalecem enquanto profissionais de ciências e artes e técnico de nível médio, principalmente as mulheres na faixa entre 20 e 64 anos.

Nota-se que em 1992 (TABELA 7) tanto para homens quanto para mulheres, a distribuição dos ocupados em atividades ligada à área administrativa se assemelha, em torno de 13%. Em 2006, esta categoria passa a empregar mais as mulheres do que os homens (TABELA 8). Em ambos os anos as atividades relacionadas à administração e também a comércio e serviços prevalecem para as mulheres.

De 1992 para 2006, homens e mulheres de todas as idades reduzem sua participação nas atividades vinculadas à agropecuária, enquanto a participação nas atividades de caráter industrial aumenta para homens e se mantém estável para mulheres. Enquanto para os homens destaca-se a redução da participação dos jovens nos grupos relacionados à agropecuária, para a mulher a queda é expressiva para todas as idades.

Os resultados corroboram o que foi dito pela literatura estudada, que o setor de serviços toma grande espaço na atividade econômica; o setor industrial começa a recuperar o nível de emprego a partir dos anos 2000, depois do decréscimo nos anos 90; e que o setor agrícola declina.

De maneira geral, confirma-se a análise de ocupação por ramo de atividade. Os grupos ocupacionais de comércio, serviços e administrativo absorvem grande parte da mão-de-obra, com destaque para participação das mulheres nos serviços e dos jovens no grupo de ocupações administrativas; e o grupamento relacionado à indústria apresenta expressiva absorção de mão-de-obra, principalmente entre os homens.

4 CONCLUSÃO

A análise elaborada a partir dos dados da PNAD para o mercado de trabalho brasileiro de 1992 a 2006 permite afirmar que o incremento da PEA nos anos 90 é explicado pelo aumento da participação feminina no mercado de trabalho. Enquanto o baixo crescimento da PIA está relacionado ao aumento do período escolar para os jovens, bem como à diminuição do trabalho infantil. A taxa de ocupação observada, apesar de variar positivamente, possibilita notar que ainda há muito que ser feito.

A mudança de foco nos anos 90 marca um período com taxas de desemprego persistentes, modo diferente ocorre nos anos 2000 quando as taxas passam a ter maior flutuação.

O estudo de acordo com a posição na ocupação demonstra a informalidade do trabalho na década de 90, e sua redução nos anos 2000. De 1992 para 2006 verifica-se certa estabilidade da informalidade entre homens jovens e adultos, bem como um aumento do número de empregos com carteira assinada para os jovens adultos. Entre as mulheres diminui a informalidade para todas as faixas de idade.

Ao se realizar um paralelo entre as diferentes faixas-etárias de ambos os gêneros, verifica-se que, para todos os anos de análise, os ocupados de 15 a 19 anos, são os mais afetados pela informalidade nas relações de trabalho.

Em relação ao ramo de atividade, comparando o primeiro e o último ano proposto por esta análise, o Brasil apresenta-se como uma economia que segue as economias desenvolvidas quanto à preponderância de geração de empregos no setor de serviços para ambos os gêneros, embora a maioria das ocupações no setor de serviços brasileiro seja de baixa qualificação. O setor de serviços absorve cerca de 70% das mulheres ocupadas, ou seja, a maioria das mulheres está empregada neste setor, especialmente nos subsetores comércio e reparação, prestação de serviços e serviços domésticos, nos quais se destacam as jovens.

Quanto ao emprego no setor agrícola, verifica-se queda para ambos os sexos e faixas-etárias. No setor industrial, nota-se a preponderância masculina embora a participação do homem neste setor apresente-se praticamente a mesma de 1992. Nos anos recentes observa-se o incremento da participação feminina no setor industrial, mais especificamente na indústria de transformação.

Na análise por grupo ocupacional, entre 1992 e 2006 destacam-se às atividades relacionadas aos serviços, comércio e administração, em especial para as mulheres; o declínio das atividades do grupo agropecuário/extração animal e/ou vegetal ocorre para todas as categorias; e as atividades ligadas à ocupação industrial após perder espaço na década de 90, retomam bons níveis de emprego a partir dos anos 2000, onde se destacam os homens.

Enfim, este estudo pode ser visto como uma análise preliminar contributiva com vistas a estudos posteriores mais bem detalhados a respeito do mercado de trabalho brasileiro e suas múltiplas características. A partir das informações e mudanças aqui identificadas é interessante avaliar, num próximo estudo, os impactos de tais mudanças na distribuição de renda e na condição de vida da população. Pois, faltam políticas voltadas a aumentar o número de vagas no mercado de trabalho, assim como políticas de incentivo ao conhecimento para população, pois as ocupações que prevalecem no mercado de trabalho brasileiro são de baixa qualificação, ou seja, a política de fomento não está voltada a melhorar de forma substancial a qualidade de vida dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

BALTAR, P. A; DEDECCA, C. S. **Mercado de Trabalho e Informalidade nos anos 90**. Disponível em <http://www.usp.br/estecon/index.php/estecon/article/viewFile/523/233>. <Acesso em Outubro de 2010>

BALTAR, P; KREIN, J, D; MORETTO, A. **O Emprego Formal nos Anos Recentes**. Carta Social e do Trabalho, nº 3 – janeiro/abril, 2006.

BALTAR, P; LEONE, E. T. **Contribuição à Previdência Social e Informalidade do mercado de trabalho**. Carta Social e do Trabalho, nº6 – maio/agosto, 2007

CASTRO, L. B. **“Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 90 (1990-1994)”**. In: GIAMBIAGI, F. (org). Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo: Elsevier, 2005.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. (org). **A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998.

DEDECCA, C, S. **Emprego e Desemprego no Brasil: Notas para discussão**. In: Guimarães, N. (org) Desemprego: aspecto institucional e biográfico. Uma comparação Brasil, França, Japão. São Paulo, fevereiro/2003. Disponível em <http://www.fflch.usp.br/sociologia/nadya/final_desemprego.pdf>. <Acesso em novembro de 2003>

DEDECCA, C. S. **Trabalho, financeirização e Desigualdade**. 2009. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/textosdiscussao/texto174.pdf>. Acesso em outubro de 2010.

GIAMBIAGI, F. **Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos**. In: GIAMBIAGI, F (org). Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo: Elsevier, 2005.

KON, A. **Mudanças Recentes do Perfil da Distribuição Ocupacional da População Brasileira**, 2006. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006172.pdf>. <Acesso em outubro de 2008>

IBGE, **Mapa do Mercado de trabalho no Brasil - 1992 a 1997**, 2001. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/mapa_mercado_trabalho/mapa_mercado_trabalho.pdf < Acesso em novembro de 2010>

MAIA, G. A. **Perfil do Desemprego no Brasil nos Anos 2000**. Carta Social e do Trabalho, nº 6 - maio/ agosto, 2007

MATTOSO, J. **O Brasil desempregado: Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregados nos anos 90**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999

MATUSITA, A. P; GIMENES, D, M. **O Capitalismo avançado no pós-guerra e a experiência recente das políticas de emprego, 1999**.

MELO, H. P; ROCHA, F; FERRAZ, G; SABBATO, A ; DWECK, R. **O Setor Serviços no Brasil: uma visão global- 1985/95**. IPEA, Texto para discussão nº 549, 1998

PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), **Síntese dos Indicadores**, 2001.

PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), **Síntese dos Indicadores**, 2002.

PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), **Síntese dos Indicadores**, 2006.

PINHEIRO, A; GIAMBIAGI, F; GOSTKORZEWICK, J. **O desempenho macroeconômico do Brasil anos 90**. In: GIAMBIAGI, F; MOREIRA (org). A economia brasileira nos anos 90. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. P, 11-42.

POCHMANN, MARCIO. **Qualidade das Ocupações no Brasil**. Carta Social e do Trabalho, nº 3 – janeiro/ abril, 2006

POCHMANN, J. M. M. **Mudanças estruturais e Trabalho no Brasil**. Revista Economia e Sociedade, Campinas, (10): 213-43 jun. 1998.

RAMOS, L.; REIS, J. G. A. **Emprego no Brasil nos anos 90**. Rio de Janeiro: IPEA (Série de textos para discussão n. 468). 1997.

TAFNER, PAULO. **O Brasil : o estado de uma nação- mercado de trabalho- emprego e informalidade**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006

ANEXO

CLASSIFICAÇÕES PNAD

POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (PIA): Pessoas com 10 anos ou mais de idade

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA): É composta pelas pessoas de 10 a 65 anos de idade que foram classificadas como ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa.

POPULAÇÃO OCUPADA: Pessoas ocupadas são classificadas como aquelas ocupadas na semana de referência, as pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte desse período. Incluíram-se, ainda, como ocupadas as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham na semana de referência por motivo de férias, licença, greve, etc.

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO: foram definidas oito categorias de posição na ocupação: Empregado - Pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas, etc.). Nesta categoria incluiu-se a pessoa que prestava o serviço militar obrigatório e, também, o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos; Trabalhador doméstico - Pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares; Conta-própria - Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não-remunerado; Empregador - Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado; Trabalhador não-remunerado membro da unidade domiciliar - Pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar, que era empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta-própria ou empregador; Outro trabalhador não-remunerado - Pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, como aprendiz ou estagiário ou em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; Trabalhador na produção para o próprio consumo - Pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo, que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; e Trabalhador na construção para o próprio uso - Pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana, na construção de edificações, estradas privativas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar. Para efeito de divulgação, em todas as tabelas que apresentam a classificação por posição na ocupação, as categorias trabalhador não-remunerado, membro da

unidade domiciliar, e outro trabalhador não-remunerado foram reunidas em uma única, que recebeu a denominação de não-remunerado.

CATEGORIA DO EMPREGO: Os empregados, quanto à categoria do emprego, foram classificados em: com carteira de trabalho assinada; militares e funcionários públicos estatutários; e outros. A categoria dos militares e funcionários públicos estatutários foi constituída pelos militares do Exército, Marinha de Guerra e Aeronáutica, inclusive as pessoas que estavam prestando o serviço militar obrigatório, e pelos empregados regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos (federais, estaduais e municipais ou de autarquias). Os trabalhadores domésticos, quanto à categoria do emprego, foram classificados em: com carteira de trabalho assinada e sem carteira de trabalho assinada.

ATIVIDADE: A classificação da atividade do empreendimento foi obtida através da finalidade ou do ramo de negócio da organização, empresa ou entidade para a qual a pessoa trabalhava. Para os trabalhadores por conta própria a classificação foi feita de acordo com a ocupação exercida. IBGE/ PNAD (2004 p. 29 -32).

CLASSIFICAÇÃO PNAD 1992 a 2001 PARA GRUPO OCUPACIONAL E RAMO DE ATIVIDADE

GRUPOS E SUBGRUPOS OCUPACIONAIS

TÉCNICA, CIENTÍFICA, ARTÍSTICA E ASSEMELHADA

Engenheiros, arquitetos e especialistas assemelhados
Ocupações auxiliares da engenharia e arquitetura
Químicos, farmacêuticos, físicos e especialistas assemelhados
Ocupações auxiliares da química, farmácia e física
Agrônomo, biólogos, veterinários e especialistas assemelhados
Médicos, dentistas e especialistas assemelhados
Ocupações auxiliares da medicina e odontologia
Matemáticos, estatísticos e analistas de sistemas
Economistas, contadores e técnicos de administração
Ocupações auxiliares da contabilidade, estatística e análise de sistemas
Cientistas sociais
Professores
Ocupações auxiliares do ensino
Magistrados, advogados e especialistas assemelhados
Ocupações auxiliares da justiça
Religiosos
Escritores e jornalistas
Artistas, ocupações afins e auxiliares
Outras ocupações técnicas, científicas e assemelhadas

ADMINISTRATIVA

Empregadores
Diretores e chefes na administração pública
Administradores e gerentes de empresas
Chefes e encarregados de seção de serviços administrativos de empresas
Funções burocráticas ou de escritório

AGROPECUÁRIA E PRODUÇÃO EXTRATIVA VEGETAL E ANIMAL

Trabalhadores da agropecuária e aquicultura
Caçadores e pescadores
Trabalhadores florestais

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E CONSTRUÇÃO CIVIL

Mestres, contramestres e técnicos de indústrias de transformação e construção civil
Ocupações das indústrias mecânicas e metalúrgicas
Ocupações da indústria têxtil
Ocupações da indústria do couro
Ocupações da indústria do vestuário
Ocupações das indústrias de madeira e móveis
Eletricistas
Ocupações da indústria da construção civil
Trabalhadores na conservação de rodovias
Ocupações das indústrias de alimentação e bebidas
Ocupações da indústria gráfica

Ocupações das indústrias de cerâmica e vidro
Outras ocupações das indústrias de transformação

COMÉRCIO E ATIVIDADES AUXILIARES

Lojistas
Vendedores ambulantes
Vendedores de jornais e revistas
Viajantes, representantes e praticistas
Outras ocupações do comércio

TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

Ocupações do transporte aéreo
Ocupações dos transportes marítimo, fluvial e lacustre
Ocupações dos serviços portuários
Ocupações dos transportes ferroviários
Ocupações dos transportes rodoviário e animal
Outras ocupações dos transportes
Ocupações das comunicações

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Ocupações domésticas remuneradas
Ocupações dos serviços de alojamento e alimentação
Ocupações dos serviços de higiene pessoal

OUTRA OCUPAÇÃO, OCUPAÇÃO MAL DEFINIDA OU NÃO DECLARADA

Mineiros
Canteiros e marroeiros
Operadores de máquinas de extração e beneficiamento de minérios e pedras
Trabalhadores de extração de petróleo e gás
Garimpeiros
Salineiros
Sondadores de poços (exclusive de petróleo e gás)
Atletas profissionais e funções afins
Porteiros, ascensoristas, vigias e serventes
Proprietários nos serviços, conta-própria, não classificados anteriormente
Ocupações da defesa nacional e segurança pública
Outras ocupações, ocupações mal definidas ou não declaradas.

RAMOS E CLASSES DE ATIVIDADE

AGRÍCOLA

Agricultura, silvicultura e pecuária
Extração vegetal
Pesca e piscicultura

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

OUTRAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS

Extração mineral
Serviços industriais de utilidade pública

COMÉRCIO DE MERCADORIAS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Serviços de alojamento e alimentação
Serviços de reparação e conservação
Serviços pessoais
Serviços domiciliares
Serviços de diversões, radiodifusão e televisão

SERVIÇOS AUXILIARES DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

Serviços técnico-profissionais
Serviços auxiliares das atividades econômicas

TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Serviços comunitários e sociais
Serviços médicos, odontológicos e veterinários
Ensino

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Administração pública
Defesa nacional e segurança pública

OUTRAS ATIVIDADES, ATIVIDADES MAL DEFINIDAS OU NÃO DECLARADAS

Instituições de crédito, de seguros e de capitalização
Comércio e administração de imóveis e valores mobiliários
Organizações internacionais e representações estrangeiras
Atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas

CLASSIFICAÇÃO PNAD 2002 A 2006 PARA GRUPO OCUPACIONAL E RAMO DE ATIVIDADE

GRUPAMENTOS E SUBGRUPOS PRINCIPAIS OCUPACIONAIS

DIRIGENTES EM GERAL

Membros superiores e dirigentes do poder público
Dirigentes de empresas e organizações (exceto de interesse público)
Gerentes

PROFISSIONAIS DAS CIÊNCIAS E DAS ARTES

Profissionais policientíficos
Profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia
Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins
Profissionais do ensino (com formação de nível superior)
Profissionais das ciências jurídicas
Profissionais das ciências sociais e humanas

Comunicadores, artistas e religiosos

TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO

Técnicos polivalentes

Técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, engenharia e afins

Técnicos de nível médio das ciências biológicas, bioquímicas, da saúde e afins

Professores leigos e de nível médio

Técnicos de nível médio em serviços de transportes

Técnicos de nível médio nas ciências administrativas

Técnicos em nível médio dos serviços culturais, das comunicações e dos desportos

Outros técnicos de nível médio

TRABALHADORES DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Escriturários

Trabalhadores de atendimento ao público

TRABALHADORES DOS SERVIÇOS

Trabalhadores dos serviços

VENDEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS DO COMÉRCIO

Vendedores e prestadores de serviços do comércio

TRABALHADORES AGRÍCOLAS

Produtores na exploração agropecuária

Trabalhadores na exploração agropecuária

Pescadores, caçadores e extrativistas florestais

Trabalhadores da mecanização agropecuária e florestal

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

TRABALHADORES DA PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS INDUSTRIAIS E DE REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO

Trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil

Trabalhadores da transformação de metais e de compósitos

Trabalhadores da fabricação e instalação eletroeletrônica

Montadores de aparelhos e instrumentos de precisão e musicais

Joalheiros, vidreiros, ceramistas e afins

Trabalhadores das indústrias têxteis, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas

Trabalhadores das indústrias de madeira e do mobiliário

Trabalhadores de funções transversais

Trabalhadores das indústrias de processos contínuos e outras indústrias

Trabalhadores de instalações siderúrgicas e de materiais de construção

Trabalhadores de instalações e máquinas de fabricação de celulose, papel, papelão e artefatos

Trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo

Operadores de instalações de produção e distribuição de energia, utilidades, captação, tratamento e distribuição de água

Outros trabalhadores elementares industriais

Trabalhadores de reparação e manutenção mecânica

Polimantenedores

Outros trabalhadores da conservação, manutenção e reparação

MEMBROS DAS FORÇAS ARMADAS E AUXILIARES

Militares da aeronáutica

Militares do exército

Militares da marinha

Policiais militares

Bombeiros militares

OCUPAÇÕES MALDEFINIDAS OU NÃO-DECLARADAS

Ocupações maldefinidas ou não-declaradas

GRUPAMENTOS E DIVISÕES DE ATIVIDADE

AGRÍCOLA

Agricultura, pecuária e serviços relacionados com estas atividades

Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados com estas atividades

Pesca, aquicultura e atividades dos serviços relacionados com estas atividades

INDÚSTRIA

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

Fabricação de produtos alimentícios e bebidas

Fabricação de produtos do fumo

Fabricação de produtos têxteis

Confecção de artigos do vestuário e acessórios

Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados

Fabricação de produtos de madeira

Fabricação de celulose, papel e produtos de papel

Edição, impressão e reprodução de gravações

Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool

Fabricação de produtos químicos

Fabricação de produtos de borracha e plástico

Fabricação de produtos de minerais não-metálicos

Metalurgia básica

Fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos

Fabricação de máquinas e equipamentos

Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática

Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos

Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações

Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios

Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias

Fabricação de outros equipamentos de transporte

Fabricação de móveis e indústrias diversas

Reciclagem

OUTRAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS

Extração de carvão mineral

Extração de petróleo e serviços correlatos
Extração de minerais radioativos
Extração de minerais metálicos
Extração de minerais não-metálicos
Eletricidade, gás e água quente
Captação, tratamento e distribuição de água

CONSTRUÇÃO

Construção
Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

COMÉRCIO E REPARAÇÃO

Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis
Intermediários do comércio, comércio e reparação de objetos pessoais e domésticos

ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO

Alojamento e alimentação

TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÃO

Transporte terrestre
Transporte aquaviário
Transporte aéreo
Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem
Correios e telecomunicações

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Administração pública, defesa e seguridade social

EDUCAÇÃO, SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS

Educação
Saúde e serviços sociais

OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS

Limpeza urbana e esgoto; e atividades conexas
Atividades associativas
Atividades recreativas, culturais e desportivas
Serviços pessoais

SERVIÇOS DOMÉSTICOS

Serviços domésticos

OUTRAS ATIVIDADES

Intermediação financeira, exclusive de seguros e previdência privada
Seguros e previdência privada
Atividades auxiliares da intermediação financeira
Atividades imobiliárias
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou operadores e de objetos pessoais e domésticos
Atividades de informática e conexas

Pesquisa e desenvolvimento

Serviços prestados principalmente às empresas

Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

ATIVIDADES MALDEFINIDAS OU NÃO-DECLARADAS

Atividades maldefinidas ou não-declaradas